DISTRITO PORTO CAIUÁ, NAVIRAÍ-MS E TURISMO SITUADO DE BASE COMUNITÁRIA: INTENCIONALIDADES E POSSIBILIDADES

PORTO CAIUA DISTRICT, NAVIRAI CITY AND COMMUNITY TOURISM: INTENSIONS AND POSSIBILITIES

DISTRITO PORTO CAIUÁ, NAVIRAÍ-MS Y TURISMO SITUADO CON UNA BASE COMUNITARIA: INTENCIONES Y POSIBILIDADES

Michelle Milhorança Moreira

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD

michelle.132136@edutec.sed.ms.gov.br

André Geraldo Berezuk

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD

profandrebzk@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta o Distrito Porto Caiuá em Naviraí-MS a partir da ótica de intencionalidades e possibilidades quanto a implementação da atividade turística. Aqui há uma breve caracterização do lugar estudado, contextualizada com resultados de um processo de investigação cujas pesquisas foram do tipo quali-quantitativas com aplicação de questionários, realização de entrevistas, estudo de caso, trabalhos de campo, estudos bibliográficos e documentais. Refletindo sobre o turismo de base comunitária como uma possibilidade de geração de renda sob o viés da economia solidária, este artigo trata da função social do trabalho empregado na atividade turística. Segundo análise realizada, constatamos que o Distrito Porto Caiuá em Naviraí-MS oferta opções de lazer através do turismo de segundas residências. Buscando ampliar a atividade, os representantes públicos propõem projetos para a área, pretende-se aqui contribuir com algumas elucidações e sugestões.

Palavras-chave: Porto Caiuá. Intencionalidades. Possibilidades. Turismo Comunitário. Economia Solidária.

ABSTRACT

This article aims to show Porto Caiua District (Navirai City, Mato Grosso do Sul State, Brazil) as a place that offers new possibilities to the area of Tourism business and activities. For that, there is in this work a brief characterization of the search area and the using of quali-quantitative research methods (the using of questionnaires, interviews and field work) linked with bibliographic and documental data analysis. Thinking about community tourism as an income possibility by a more equal economy for all local inhabitants, this work is trying to focuse the social function of the labour at the tourist activities. We could understand that Porto Caiua shows leisure options to

your consumers through the materialization of the "home tourism", and following this strategy, local and regional stakeholders purpose some projects to the area, projects that are being analysed at this research.

Keywords: Porto Caiuá. Intentionalities. Possibilities. Community Tourism. Solidarity Economy.

RESUMEN

Este artículo presenta el Distrito de Puerto Caiuá en Naviraí-MS desde la perspectiva delas intenciones y posibilidades con respecto a la implementación de la actividad turística. Aquí se realiza una breve caracterización del lugar estudiado, contextualizado con resultados de un proceso de investigación cuya investigación fue de tipo cualitativo-cuantitativo con aplicación de cuestionarios, entrevistas, estudio de caso, trabajo de campo, estudios bibliográficos y documentales. Reflexionando sobre el turismo comunitario como una posibilidad de generar ingresos bajo el sesgo de la economía solidaria, este artículo aborda la función social del trabajo empleado en la actividad turística. A partir del análisis empírico, encontramos que el Distrito de Puerto Caiuá en Naviraí-MS ofrece opciones de ocio a través del turismo de segundas residencias. Buscando ampliar la actividad, los representantes públicos proponen proyectos para la zona, se pretende aquí aportar algunas aclaraciones y sugerencias.

Palabras clave: Puerto Caiuá. Intencionalidades. Posibilidades. Turismo Comunitario. Economía Solidaria.

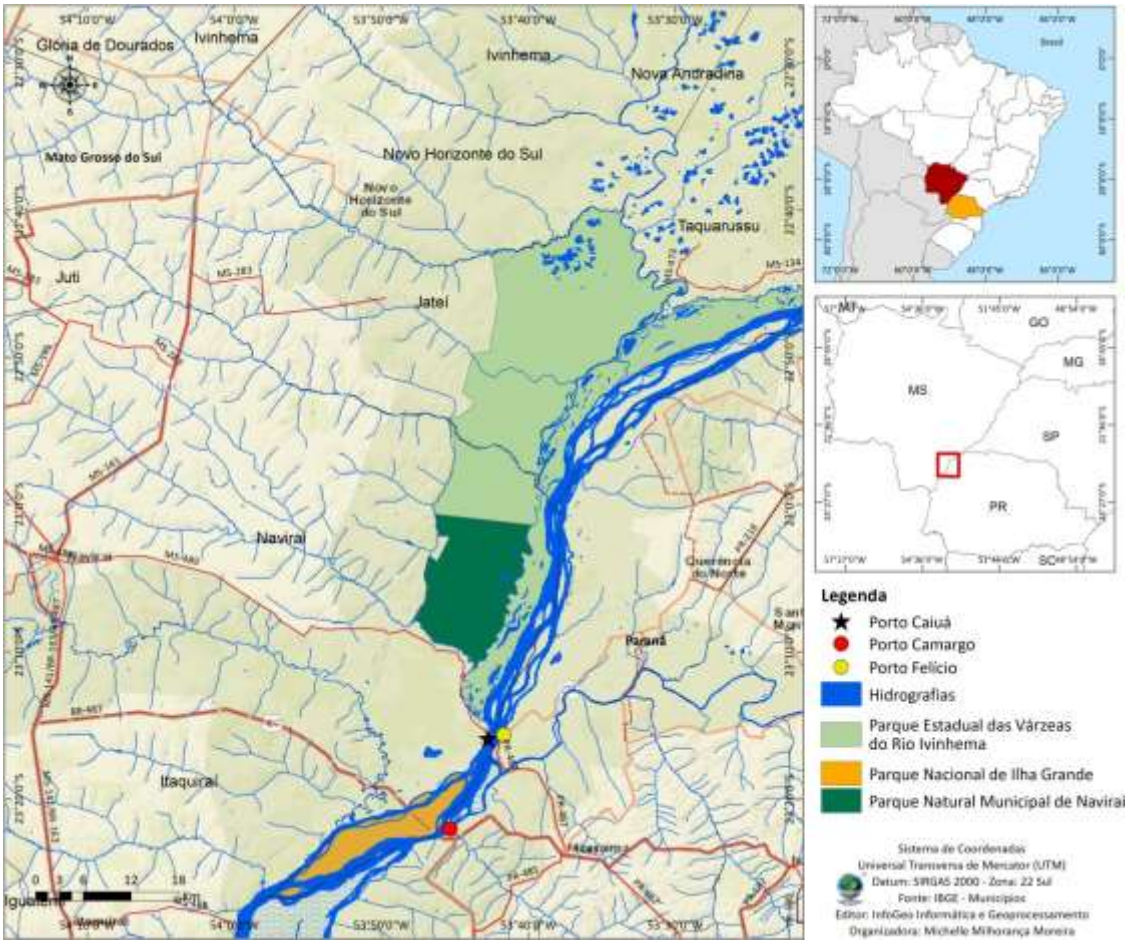
INTRODUÇÃO

Este artigo é construído a partir da pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), intitulada: "A Produção de Geografias nas Calhas das Ilhas do Alto Curso do Rio Paraná (Brasil)" (MOREIRA, 2021), que remete no próprio título à apresentação de uma região sob diferentes enfoques, para isso, elegemos sete dos onze municípios compreendidos neste recorte como amostragem: Naviraí, Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo, no Estado de Mato Grosso do Sul, e Porto Camargo, Querência do Norte e Porto Rico, no Estado do Paraná. Além de três, das cinco, Unidades de Conservação: Parque Nacional de Ilha Grande, Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e Parque Natural Municipal de Naviraí.

Neste trabalho apenas um dos lugares será tratado com a ênfase de suas especificidades devido aos limites de laudas que são exigidos para tal. E por que o Distrito Porto Caiuá em Naviraí-MS? De acordo com as pesquisas de campo este é o lugar onde mais se almeja a atividade turística pelos sujeitos locais, onde os

representantes públicos mais divulgam suas intencionalidades em relação à implementação desta atividade e ao mesmo tempo, onde ações concretas na criação de produtos turísticos são emperradas por diferentes justificativas, dentre elas: toda área é de Preservação Permanente e existem pontos de interesse arqueológico demarcados, restringindo assim os espaços à construção de infraestruturas, além do mais, a falta de recurso financeiro para isso é sempre apontada como outro empecilho. Produto turístico, por sua vez é "o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço" (MTUR, 2017, p. 17).

Figura 1 – Mapa de Localização do Distrito Porto Caiuá



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Estes não são os únicos motivos que impediram até o momento alavancar a atividade turística no Porto Caiuá, a própria condição legal do território ainda é questionada. Essa área é parte integrante de uma fazenda que foi doada ao município e

só se tornou Distrito devido a Lei complementar Estadual nº 154, de 22 de agosto de 2011 (MATO GROSSO DO SUL, 2011), que dá autonomia para às câmaras municipais realizarem essa emancipação. O fato é que nesta localidade, o número de habitantes vem diminuindo, apesar de não haver dados demográficos separados do município de Naviraí divulgados no *site* do IBGE, os próprios moradores relatam esse processo de declínio.

Porto Caiuá pertence a uma região de rica biodiversidade, composta por uma rede hidrográfica extensa, como é possível notar na (Figura 1) é geograficamente próximo do Parque Natural Municipal de Naviraí-MS, do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, de parte do Parque Nacional de Ilha Grande e de Porto Felício (no Estado do Paraná), com fácil acesso a esses lugares pelo Rio Paraná, há uma balsa que faz diariamente o tráfego de veículos e pessoas entre Porto Caiuá e Porto Felício em diferentes horários.

Os resultados apresentados aqui decorreram de um processo de investigação cujas pesquisas foram do tipo quali-quantitativas com aplicação de questionários (elaborados através da interface *Google Forms*, e, pelo *link* de acesso, a coleta virtual de alguns dados e informações), realização de entrevistas (algumas realizadas pessoalmente em trabalho de campo nos dias 01/06/2019 e 20/02/2020, outras, (via W*hatsapp*), estudos bibliográficos (para a consolidação teórica e para a fundamentação epistemológica de alguns dos conceitos referentes à relação Natureza x Território x Economia x Turismo) e documentais (IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IMASUL – Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul).

Participaram diretamente desse processo de investigação em trabalho de campono Porto Caiuá: 05 turistas (20/02/20), que responderam ao questionário (*Google Forms*), com perguntas abertas e fechadas sobre suas motivações, anseios e hábitos referentes às visitas ao local; 01 empreendedor (01/06/2019 e 20/02/2020), 13 ribeirinhos (20/02/20) e 02 representantes públicos, que concedem entrevista oral, devidamente gravada e transcrita, com perguntas abertas sobre a história local, as

relações sociais e de conflitos mais atuais, sobre as intenções quanto a implementação da atividade turística e seus empecilhos e também sobre anseios e expectativas. Alguns desses contatos esclarecem dúvidas e atualizam informações via *Whatsapp* frequentemente. Nenhum turista ou sujeito local foi identificado.

Dadas às primícias do objeto deste trabalho, pretende-se refletir sobre o turismo de base comunitária como uma alternativa possível de geração de renda sob o viés da economia solidária no Distrito Porto Caiuá em Naviraí-MS, pois apesar da falta de infraestruturas e de produtos turísticos, esse lugar tem potencial e já oferece lazer para as pessoas que possuem ali segundas residências, além das pessoas que se aventuram ao acampar nas barrancas do Rio, desta forma, é preciso pensar na atividade turística como uma prática social e econômica capaz de beneficiar financeiramente os sujeitos locais.

DISTRITO PORTO CAIUÁ E O TURISMO DE SEGUNDAS RESIDÊNCIAS

Não se sabe ao certo desde quando há ocupação humana no Porto Caiuá, há muitos vestígios arqueológicos, como objetos cerâmicos, que estão sendo encontrados em oito pontos diferentes deste local. O IPHAN/MS (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Mato Grosso do Sul) instalou ali um sítio arqueológico denominado Rio Ivinhema 1 (VN1).

A história de Naviraí-MS está diretamente atrelada à história de Porto Caiuá, pois de acordo com os sujeitos entrevistados, foi pelo Rio Paraná que chegaram os primeiros residentes a ocupar todo o município, ou seja, Porto Caiuá foi o primeiro povoado de Naviraí-MS. Por intermédio das entrevistas com os sujeitos locais é que podemos constatar fragmentos dessas histórias.

De acordo com as entrevistas, houve tempos em que existia no Porto, serraria, farmácia, mercado (J. Martins), centro telefônico, posto de combustível, alambique, escola que oferecia a educação básica conforme a demanda, borracharia, cinema, posto policial, posto de saúde com atendimento em período integral, entre outros serviços; atualmente (2022) a escola, que chegou a ser desativada por um período, oferece apenas do primeiro ao quarto ano do ensino fundamental, não há mais um posto policial ativo, o atendimento médico – sanitário é limitado a alguns dias da semana, e apesar de existir cerca de, 87 residências, dentre elas, 29 casas de veraneio, algumas moradias estão

inabitadas, isso se deve, em grande parte pela falta de trabalho, bem como pela falta dosserviços sociais públicos mencionados. Em entrevista concedida no dia 20/02/2020 o presidente da Associação de moradores de Porto Caiuá afirmou que existiam 35 famílias residindo na localidade neste período.

Um dos sujeitos relata que percebeu o decrescimento populacional no Caiuá, após o fim da construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, em 1999, segundo este, os peixes vêm diminuindo desde então, e a partir desse fato, as opções de trabalho e geração de renda foram se tornando escassas.

Outro entrevistado diz que o declínio populacional aconteceu após o término da construção do complexo de pontes Luís Eduardo Magalhães, em 2002 que liga o Estado do Mato Grosso do Sul ao Estado do Paraná, logo, o fluxo de pessoas que utiliza a balsacomo transporte para atravessar o Rio de um Estado para o outro diminuiu consideravelmente, o que levou alguns comércios à falência.

Obviamente os dois eventos citados pelos sujeitos locais não foram os únicos responsáveis por essa situação, mas com certeza, trazem essa condição como consequência.

Apesar de Porto Caiuá ter pertencido ao território demarcado da Fazenda Caiuá, uma parte desse espaço foi ocupado antes mesmo dela existir, as pessoas se apropriaram de pequenos terrenos na encosta do Rio e ali iam construindo suas moradias, mais recentemente nessa história, os ribeirinhos vendiam partes de seus terrenos em APP àqueles pescadores desportivos que desejavam construir seus ranchos de pesca.

Nasce então o Turismo de Segunda Residência no Porto Caiuá. Tulik (2001, p.11) caracteriza segunda residência como uma:

> "[...] propriedade particular utilizada temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar." A autora ainda destaca que: "casa de temporada, de praia, de campo, chalé, cabana, rancho, sítio ou chácara de lazer são alguns dos termos comumente aplicados às segundas residências (TULIK, 2001, p.11).

Assis (2003, p. 110) considera como "um tipoo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporada de férias". Ao explicar esse fenômeno, o autor aborda três características essenciais relacionadas á atividade: a propriedade, a temporalidade e a finalidade. Logo, essa prática em específico é exercida por pessoas

que dispõe de uma renda excedente, capaz de adquirir uma segunda residência, custear sua manutenção, ter disponibilidade do tempo livre para usufruir deste imóvel ocasionalmente, com finalidade de lazer e recreação.

Garcia (2006, p.1051) acrescenta que esse fenômeno é:

> [...] a consequência de viagens de curta distância e de alta frequência para o mesmo destino. Normalmente o destino é eleito pela família e consegue suprir as divergentes expectativas no momento de lazer"

A primeira construção desse tipo (segunda residência) que se tem registro nesta localidade é conhecida como "Clube Sorocaba" em 1938, uma organização social que começou com 04 integrantes e na época com objetivos recreativos de caça e pesca.

De acordo com os sujeitos locais, foi por causa das pessoas que construíram essas casas de veraneio que todos eles conseguiram o acesso à energia elétrica e água encanada.

Todas as construções que existem no Porto Caiuá (tanto as edificadas pelos proprietários da Fazenda Caiuá, quanto àquelas moradias de pescadores ribeirinhos e as casas de veraneio) estão em Área de Proteção Permanente (APP), ou seja, dentro dos limites de 500m de margem do Rio Paraná. Houve um período inclusive, que se tentou desapropriar esse espaço a fim de regularizá-lo como APP, mas como as construções dos ribeirinhos datavam antes da vigência da Lei de Código Florestal, (1965), o Ministério Público concedeu o direito de permanência dos sujeitos locais em suas residências, contudo determinou que as casas de veraneio fossem retiradas, porém, é umprocesso lento, sendo analisados caso a caso.

As casas de veraneio foram interditadas num período de cerca de três meses entre os anos de 2008/2009, foi tempo suficiente para haver pressão popular sobre representantes públicos de diferentes esferas. E os processos de demolição ainda estão ocorrendo, e o proprietário da residência é obrigado a recompor a área.

Figura 2 – Fotos de segundas residências interditadas em Porto Caiuá, Naviraí-MS



Fonte: arquivo pessoal da autora (09/12/2008)

Os ribeirinhos reivindicam a revogação desta determinação, argumentando quedependem da renda gerada a partir de vendas de produtos comercializados ou da própriamão de obra na prestação de diferentes serviços (basicamente guia de pesca, faxina e de cozinha) aos turistas.

Alguns dos turistas contestaram ao Ministério Público judicialmente alegando que as obras também foram edificadas em época na qual não havia empecilho legal, requerendo o princípio da irretroatividade, previsto no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal. Embora os turistas tenham tirado por conta própria os lacres que interditaram suas casas de veraneio, os processos de desapropriação e demolição tramitam na justiça até o momento (2022).

A fim de regularizar a área, os representantes públicos empenharam seus esforços no processo de tornar Porto Caiuá Distrito de Naviraí-MS, isso foi determinado pela Lei Municipal nº 1.603, de 14 de dezembro de 2011.

v.13, n. 26, 2022 – ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

Os ribeirinhos são na maioria, pescadores profissionais e cultivam alguns alimentos de subsistência, como hortaliças e mandioca. Dentre os entrevistados, 09 vendem algo para o turista, como: isca, ceva, peixe ou a própria mão de obra; 04 deles não têm relação direta com o turista, não comercializam nenhum tipo de produto, por isso não são beneficiados financeiramente com a atividade turística de segundas residências.

O interessante é que esses 04 sujeitos locais, não reconhecem as segundas residências como atividade turística, isso é compreensível, pois no geral a atividade turística é formada por uma série de bens e serviços ofertados ao consumidor, principalmente no núcleo receptor (destino provido de hotéis, restaurantes, entretenimento, etc.) e o turismo de segundas residências foge a tais características.

Todos os turistas que participaram dessa pesquisa no Porto Caiuá são de Naviraí-MS e possuem uma segunda residência, eles costumam visitar a área com a família tantas vezes no ano que não conseguem contabilizar, estes possuem transportes náuticos (lancha, *jet-ski*, barco a motor) e frequentemente visitam também lugares próximos como Porto Camargo (onde há mais opções de lanchonetes e restaurantes) eas bancas de areia que se formam pelo processo de assoreamento e escassez hídrica em alguns pontos do Rio Paraná. Eles costumam participar de eventos nas proximidades também via Rio (Encontro das Águas em Porto Felício-PR / Itaquipesca em Itaquiraí-MS / Pesca ao Pacu em Porto Camargo-PR).

De acordo com os sujeitos locais, a maior parte dos turistas no Porto Caiuá é de Naviraí, mas há turistas, por exemplo, que possuem seus domicílios permanentes no Estado de São Paulo e do Paraná, esses, geralmente usam de transportes particulares náuticos para chegar até o Porto.

Os entrevistados possuem uma visão totalmente econômica sobre o turismo, pois todos conceituaram o termo como uma indispensável fonte de renda capaz de prover suas necessidades a partir de serviços prestados ao turista na promoção de passeios e atividades náuticas como a pesca. Apenas um deles reconhece que a atividade traz consequências negativas, e cita: “bebedeira e lixo no rio”.

Evidentemente, na promoção de Porto Caiuá como um lugar turístico é necessário conjugar duas políticas públicas: a de conservação da natureza (APP e UCs); e a do Turismo pela valorização econômica da própria natureza.

v.13, n. 26, 2022 – ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

DISTRITO PORTO CAIUÁ: intencionalidades e possibilidades

As intencionalidades quanto à implementação da atividade turística no Distrito Porto Caiuá são alteradas ao passo que os representantes públicos políticos mudam, devido a esse fato vamos destacar aqui apenas as iniciativas atuais (2020/2022).

De acordo com Bruno (2021), o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, firmou uma parceria com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para avaliar Parques Estaduais a fim de inseri-los em projeto de concessão à iniciativa privada. Dentre estes, está o Parque Estadual das Várzeas doRio Ivinhema, cuja comunidade mais próxima reside no Distrito Porto Caiuá.

O município de Naviraí-MS, via representantes públicos, busca contribuir com esses estudos e almeja tal concessão, por isso, segundo Minella (2021), no dia 18 de fevereiro de 2021 estiveram no Distrito Porto Caiuá, técnicos das empresas Plantuc – Projetos Socioambientais e BCMF Arquitetos, para realizar levantamentos a fim de identificar viabilidade de concessão do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema. "Estamos analisando quesitos como logística, infraestrutura existente, atratividade, expectativas da comunidade, enfim, as potencialidades e possibilidades locais para a concessão", explicou o arquiteto Marco Sales (MINELLA, 2021).

Esta reportagem de Minella (2021) notícia inclusive que "a próxima discussão será quanto ao modelo de concessão, que pode ser por licitação, leilão ou outra modalidade"

Segundo a responsável pelas Unidades de Conservação do município de Naviraí-MS, a intenção é capacitar os moradores do Distrito para trabalharem como guias ou monitores no Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, além de criar condições para ampliar a atividade turística no Porto Caiuá e estendê-la ao Parque Natural Municipal de Naviraí, já que este é praticamente um prolongamento do Parque Estadual.

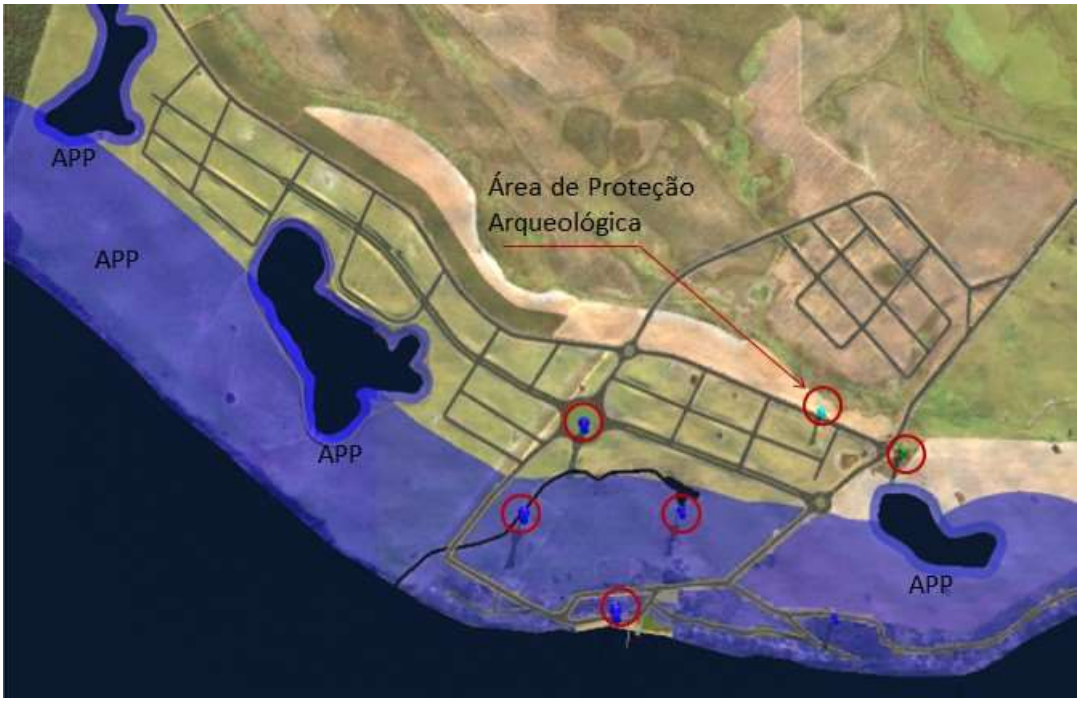
Além desse projeto de concessão do Parque em andamento, através da Gerência de Obras, a Prefeitura Municipal de Naviraí elaborou uma proposta de loteamento no Distrito Porto Caiuá, sendo este realizado, a possibilidade de ampliação do segmento turístico de segundas residências é ampliada e as chances de atrair

v.13, n. 26, 2022 – ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

empreendedores comerciais são maiores.

Uma projeção desse loteamento nos foi disponibilizada, e apresenta a organização dos lotes em detrimento às áreas que devem ser preservadas (Figura 3).

Figura 3 – Projeto de loteamento no Distrito Porto Caiuá, Naviraí-MS



Fonte: Gerência de Obras de Naviraí-MS (Projeto Porto Caiuá 2022)

Na projeção, os lotes possuem uma dimensão de 810m² e deve-se respeitar 40% de taxa de permeabilidade, com previsão de baixo adensamento e construções de baixo impacto ambiental. No entanto, não há previsão de concretização desse projeto, por enquanto ele vem sendo estudado e sua implantação dependerá de investimento privado. Essa discussão referente à tentativa de ordenar o espaço geográfico e o processo de urbanização é conteúdo para outro artigo ou outra tese.

O fato é que uma das consequências das segundas residências é a necessidade de infraestrutura urbana, afinal, além de vias de acesso por terra e/ou por rio, o turista requer os confortos cotidianos.

É interessante que todos os entrevistados fizeram comparações de Porto Caiuá com Porto Camargo, onde há essa infraestrutura urbana com serviços capaz de suprir as necessidades básicas locais, além de meios de hospedagens, opções de lanchonetes, restaurantes e passeios, onde os sujeitos locais conseguem gerar renda extra a partir do

v.13, n. 26, 2022 – ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

transporte de turistas para as "prainhas" (bancas de areia formadas em alguns pontos do rio). Em Porto Caiuá há demanda para esse tipo de renda extra, mas devido à falta de infraestrutura as pessoas já migram para os outros portos.

Esses dois projetos (concessão do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e o loteamento do Distrito Porto Caiuá) são intencionados para fomentar a atividade turística no local, como são propostas ainda em estudo de viabilidade, apenas apresento aqui algumas sugestões e considerações no tocante a outras possibilidades.

De acordo com os resultados do trabalho de campo e de pesquisas bibliográficas, é possível afirmar que o Turismo de Base Comunitária é o mais recomendado para melhorar a distribuição de renda local e potencializar a participação social nas tomadas de decisões, principalmente porque dos sujeitos locais entrevistados, apenas um respondeu que se sente inserido nesse processo de planejamento e conhece as intencionalidades políticas para a área.

Já que o Turismo de Segundas Residências define o número de turistas que o lugar recebe, a limitação no desenvolvimento desta atividade econômica é uma consequência, acoplar essa modalidade e o Turismo de Base Comunitária, poderá ampliar as possiblidades de exploração econômica e a diversidade de ofertas de bens e serviços.

Em Porto Caiuá há 35 famílias residentes perenemente, o que consideramos poucas, isso em função do tamanho e importância da área. Foram identificadas três associações comunitárias (Associação de moradores, Associação de pescadores e Colônia de Pescadores Z15), os trabalhos de campo permitem inferir que não há um consenso entre os integrantes das associaçoes. Ao nosso ver isso enfraquece as representatividades, causa mal estar entre os sujeitos locais e em geral,não promove a finalidade fim das associações, prejudica a defesa de seus interesses. Nesse sentido é um grande desafio unir os sujeitos locais para proposição de atividades turísticas de base comunitária. Temos que reafirmar que a proposições de ações e/ou atividades concernentes e vinculados ao Turismo de Base Comunitária exige união, cooperação, respeito, solidariedade, participação e alteridade, sendo este um modelo alternativo, se comparado aos modelos difundidos pelo sistema tradicional turístico-econômico.

Em detrimento a essas divergências política/ideológica há um tema que converge os interesses nesta comunidade: "desenvolvimento econômico por intermédio

v.13, n. 26, 2022 – ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

da atividade turística", buscando essa realização os sujeitos poderão ser incentivados a deixar suas rivalidades em favor de ampliar as fontes de renda local e melhorar sua distribuição, objetivos que o turismo em suas modalidades pode proporcionar.

De acordo com a OMT – Organização Mundial do Turismo (OMT, 2018), o Turismo situado de Base Comunitária, é de pequena escala, que preserva a originalidade dolocal, da cultura, da gastronomia e do modo de vida das comunidades, permitindo uma maior interação entre hóspedes e anfitriões.

Dentre outras características, o turismo de base comunitária é protagonizado "pelo povo que conta histórias de gerações, que vive há anos na região e conhece cada cantinho de sua morada, que já está acostumado a todas as peculiaridades do lugar, responsável por oferecer ao turista uma viagem intercultural" (ICMBio, 2017).

> No turismo comunitário os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. Assim, conseguem melhorar suas economias, as oportunidades para olugar, e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista; […] Realizam, assim, projetos que garantem a melhoria das condições de vida local, além de prepararem condições para receber visitantes e turistas de uma forma mais digna (CORIOLANO, 2009, p. 283).

A participação dos sujeitos locais para decidir sobre a implementação – ou de não – dos projetos turísticos é imprescindível. Conforme explica Coriolano (2009, p. 283), neste modelo de Atividade Turística, "[...] as comunidades se organizam em arranjos produtivos locais e detém o controle efetivo de suas terras [...]" e da exploração econômica delas, respeitando as capacidades físicas, financeiras e sociais, por isso, a prática da economia solidária é indispensável. Na comercialização dos produtos locais, por exemplo, deve-se priorizar a oferta do produtor/pescador local, evitando fornecedores intermediários.

O futuro do Distrito Porto Caiuá está sujeito aos tipos de estratégias que serão implantadas na criação de produtos turísticos para a área, isso precisa ser planejado comobjetivos bem definidos, mudando a situação atual do local.

Pensando nessa situação e nas expectativas dos sujeitos da pesquisa (geração de trabalho e renda), sugerem-se estratégias de Atividade Turística, com focos econômico e social, com planos/ação/avaliação contínuos e coletivos, aproveitando as habilidades e competências dos sujeitos locais, bem como, as experiências positivas e

v.13, n. 26, 2022 – ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

negativas, nesse processo de planejamento, investindo na conservação do patrimônio natural, social e cultural, além dos investimentos em infraestrutura.

Embora não se saiba se os sujeitos locais têm a intenção de adotar esse tipo de prática e de deixar suas rivalidades internas em favor dos objetivos em comum, essa proposta avalia as características naturais do local que precisam ser preservadas, ao mesmo tempo em que considera as necessidades financeiras/sociais dessas pessoas.

Forças políticas internas e externas devem estar alinhadas, para que o turismo deixe de ser amador. Esforços devem ser direcionados para defender a vida cotidiana da população local, para defender os elementos naturais, culturais de pertença e permanência dessas pessoas.

Como pilares estratégicos para a Atividade Turística no Distrito Porto Caiuá com focos econômico e social sugerem-se:

Formação profissional continuada – a população receptora deve estar apta e preparada para receber o turista com cordialidade, hospitalidade, respeito às diferenças; pronta para oferecer serviço de qualidade, com segurança, higiene, acessibilidade, inclusive para estrangeiros que precisam comunicar-se em sua língua materna;

Cursos Profissionalizantes podem ser disponibilizados gratuitamente pelos órgãos públicos, tais como: inglês, espanhol, administração e planejamento, cooperativismo, guia de turismo,recepcionista, hotelaria, empreendedorismo, vendas, promoção de eventos, tecnologias de informação e comunicação, publicidade e propaganda, gastronomia e manipulação de alimentos, entre outros que podem ser disponibilizados de acordo com as necessidades;

Programas de desenvolvimento turístico – a partir das associações e das instituições governamentais é preciso elaborar programas de desenvolvimento turístico para o Distrito Porto Caiuá e demais locais da região.

Esse processo de planejamento deve ser dinâmico, coletivo e cooperado, inclusive a aprovação desses documentos devem ser por meio de audiências públicas. Para elaboração de tais documentos, é necessário se atentar: para o perfil dos visitantes, suas expectativas; o perfil das populações receptoras, suas expectativas e objetivos; as características ambientais locais, suas limitações e potencialidades; as formas de monitoramento e controle de capacidade de carga e a diversificação de atrativos. Esses documentos precisam ser revistos e reelaborados periodicamente.

v.13, n. 26, 2022 – ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

Ainda relacionado aos programas de desenvolvimento turístico é possível criar roteiros integrados (onde o visitante possa conhecer diferentes lugares nas proximidades em que está hospedado). Por isso é importante também criar uma identidade turística para o Porto Caiuá, e destacar seus atrativos, bem como diversificar. Uma consequênciadessa integração será o agenciamento de roteiros e passeios, mais uma ramificação de trabalho do segmento.

Incentivos Financeiros e Fiscais – é incontestável a necessidade de viabilizaçãode recursos para o aprimoramento de tecnologias, serviços, produtos, bem como a implantação e adequação de infraestruturas. É de suma importância o fomento e o apoioa iniciativas de cooperativas, pequenas e microempresas, para a construção de novos meios de hospedagem, entretenimento, meios de transporte, melhorias e adequações no serviço de saúde pública, saneamento, vias de acesso, acessibilidades e segurança. Espera-se que os Governos Federal, Estadual e Municipal em conexão desenvolvam políticas públicas voltadas para esse pilar estratégico.

Esses seriam os primeiros passos para transformar o Turismo espontâneo, em Produtos Turísticos organizados pelos sujeitos locais, com o apoio de seus representantes políticos, se apropriando de conhecimentos, estudos e de outras experiências, para juntos se adaptarem às exigências dos órgãos ambientais vigentes edo próprio mercado econômico, buscando qualificação profissional e a incorporação de um possível sistema de economia solidária por meio do Turismo Comunitário.

De acordo com Peralta et al. (2016, p. 16), essa iniciativa se enquadra como um projeto integrado de conservação e desenvolvimento, projetos criados em Unidades de Conservação, desenhados para promover a participação da população local nos benefícios advindos da conservação da biodiversidade.

O Porto de Caiuá está totalmente inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Parana (APAIVRP), uma Unidade de Conservação de uso sustentável, onde a permanência das populações locais e o uso dos recursos por meio de projetos de conservação e desenvolvimentos são permitidos.

Segundo Peralta et al. (2016, p. 17) o estabelecimento de Unidades de Conservação de Uso Sustentável fez parte de uma:

> "[...] estratégia que pretendia lograr o suporte e a adesão das populações locais à criação de unidades de conservação e, permitir a integração entre os objetivos de promover a conversação e reduzir a pobreza (PERALTA et al., 2016, p. 17).

v.13, n. 26, 2022 – ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

A proposta de Turismo Comunitário para o Porto Caiuá, manifesta em si, a preocupação de aliar a conservação e os benefícios econômicos para a população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado, o desafio de implementar o Turismo de Base Comunitária no Distrito Porto Caiuá é grande, mas considerando os anseios dos sujeitos locais, as intenções dos seus representantes, as limitações ambientais com restrições territoriais, estudos de caso e das bibliografias referenciadas, esse segmento da atividade é o que menos causará impactos socioambientais.

Muitas são as exigências desse segmento, dentre eles, "o princípio das necessidades sentidas: significa dizer que as iniciativas de trabalho nas comunidades têm que partir das necessidades sentidas pela população e não apenas da consciência e orientações técnicas, de pessoas externas à comunidade"; (CORIOLANO, 2009, p. 287). Por isso mesmo é que nesse artigo apenas sugestões possíveis de serem ponderadas pelos sujeitos locais são expostas, sugestões estas, de base, que ao serem consideradas devem ser estudadas e adaptadas ao longo de todo o processo de realização, pois os projetos turísticos devem ser continuamente revistos e adequados às necessidades temporais e espaciais.

O Distrito Porto Caiuá dispõe de recursos (humanos/naturais/sociais) e atrativos (paisagens/características ambientais/histórica/cultural), que possibilitam o Turismo Comunitário, este por sua vez, auxiliaria a área por trazer em sua essência uma proposta endógena de crescimento econômico, com base na preservação dos recursos e na valorização dos atrativos, o que de certa forma, garante a permanência dos sujeitosao seu local, fortalecendo suas associações, trabalhando coletivamente por propósitos em comum, estudando criteriosamente suas possibilidades, tomando decisões igualmente comunitárias, construindo assim, identidades capazes de se destacarem no cenário nacional e até internacional, devido aos atrativos naturais.

Dentro dessa proposta de modelo turístico endógeno é possível conferir identidade ao local estudado a partir de suas características mais singulares, no Porto Caiuá, os sítios arqueológicos, além do Rio Paraná e das Unidades de Conservação das proximidades.

Dentre as iniciativas que poderão ser pensadas para o fomento do Turismo

v.13, n. 26, 2022 – ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

Comunitário no Distrito Porto Caiuá, sugerem-se:

- Compartilhar projetos e esforços com os municípios limítrofes ao Rio Paraná,integrando-os no processo de construção de Produtos Turísticos, desta forma, um município pode vender o atrativo do outro, expandindo as ofertas.

- Criar meios de hospedagens. Algumas pesquisas sobre o Turismo Comunitário destacam hospedagens nas residências dos próprios sujeitos locais, assim os turistas podem vivenciar também aspectos de um modo de vida diferente. Havendono Distrito Porto Caiuá, meios e condições de hospedagens, seria possível oferecer também os serviços de transportes náuticos e ainda criar roteiros de visitações (via Rio Paraná), nas Unidades de Conservação e nos atrativos dos municípios vizinhos.

O maior atrativo no Caiuá é o próprio Rio Paraná e a atividade que se destaca é a pesca. Oferecer uma diversidade maior de atividades é essencial na consolidação e manutenção do Turismo, com a promoção de intercâmbios as atividades não precisam estar todas no local especificamente e os roteiros podem ser adequados e projetados para diferentes perfis de visitantes.

- Criar atividades como a de observação de aves, trilhas náuticas, por exemplo, uma ou mais atividades relacionadas às descobertas arqueológicas, como amostra de artefatos e de estratégias no trabalho de escavações do arqueólogo.

- Criar cooperativa de agência de Turismo;

- Criar cooperativas na fabricação e na venda de produtos típicos locais.

São algumas sugestões possíveis de realizar, embora pensadas de fora para dentro, tem foco nos anseios dos sujeitos locais, que precisam de melhores condições para permanecerem no local. Há uma série de discussões teóricas que argumentam sobre a função social do trabalho, sobre a Atividade Turística e seus variados segmentos, sobre economia solidária, cooperativismo, entre outros pontos destacados, mas neste artigo a prioridade foi dada aos resultados dos trabalhos de campo ao apresentar da maneira mais fiel possível o Distrito Porto Caiuá, com suas histórias, contradições e os conflituosos relacionamentos.

A expectativa de rendimentos financeiros é a maior motivação dos sujeitos locais ao pensar na exploração desta área rica em diversidade natural, cultural e social, através da atividade turística com potencial de atrativos.

v.13, n. 26, 2022 – ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

Com o Turismo de Base Comunitária esses sujeitos poderiam ter mais controle das decisões sobre o turismo local e sobre o desenvolvimento de suas atividades.

Em síntese, dentro dos segmentos estudados, o Turismo de Base Comunitária apresenta melhores propostas relacionadas à função social do trabalho, isso porque possibilita geração de renda sob o viés da economia solidária e consequentemente uma mais equitativa desta renda. Unir os sujeitos locais neste propósito parece ser a maior fragilidade do modelo aqui apresentado como sugestão para o Porto Caiuá, contudo, as potencialidades deste local para a implementação do Turismo Comunitário são, como se pode constatar neste manuscrito, muito maiores.

REFERÊNCIAS

ASSIS, L. F. de. **Turismo de segunda residência**: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. Revista Território, Rio de Janeiro, ano 7, n. 11, 12 e 13, set. Out. 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo — Roteiros do Brasil**: Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização / Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007.

BRUNO, B. **Projeto de concessão de parques estaduais vai alavancar o turismo doEstado, avaliam prefeitos**. Meio Ambiente. Portal do Governo de Mato Grosso do Sul.28/fevereiro/2021. Disponível em: http://www.ms.gov.br/projeto-de-concessao-de-parques-estaduais-vai-alavancar-o-turis mo-do-estado-avaliam-prefeitos/. Acesso em: 12 Março 2022.

CORIOLANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf . Acesso em: 22 Set. 2020.

GARCIA, R. M. P. **Turismo e lazer às margens do baixo Rio Sucuriú**: características e dimensões das residências secundárias. XIV Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos em Três Lagoas entre os dias 25 e 30 de setembro de2006. Editora UFMS; AGB - Seção Três Lagoas-MS. p.1047-1058.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Diversidade de sabores e saberes nas UCs**. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9103-diversidade-de%20sabores-e-saberes-nas-ucs. Acesso em: 25 Março 2022.

MINELLA. R. **Estudos no Porto Caiuá visam à concessão da UC para o ecoturismo**. Prefeitura Municipal de Naviraí-MS. 18/fevereiro/2021. Disponível em:https://navirai.ms.gov.br/noticia/estudos-no-porto-caiua-visam-a-concessao-da-uc-para-o-

v.13, n. 26, 2022 – ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

ecoturismo/. Acesso em: 12 Março 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Complementar Nº 154, DE 22 de agosto de 2011. Altera a Lei Complementar nº 058, de 14 de janeiro de 1991, e dá outras providências. Campo Grande, 2011. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ms/lei-complementar-n-154-2011-mato-grosso-do-sul-altera-a-lei-complementar-n-058-de-14-de-janeiro-de-1991-e-da-outras-providencias. Acesso em: 25 mar 2022.

MOREIRA. M.M. A produção de Geografias nas calhas do alto curso do rio Paraná (Brasil). Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4652. Acesso em: 27 Março 2022.

Ministério do Turismo (MTUR). **Mapa do Turismo Brasileiro**. Esplanada dos Ministérios, Bloco U. Brasília – DF – Brasil. 2017. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapa.pdf. Acesso em: 26 Set. 2020.

MuArq. **Educação patrimonial em Porto Caiuá (Naviraí, MS)** – comunidade instalada sobre o sítio arqueológico VN1. UFMS, maio de 2015. Disponível em: http://muarq.sites.ufms.br/files/2015/05/EDUCA%C3%87%C3%83O-PATRIMONIAL- EM-PORTO-CAIU%C3%81-NAVIRA%C3%8D-MS.pdf. Acesso em: 25 Março 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). 2018. ***Sustainable Development of Tourism***. Disponível em: http://sdt.unwto.org/content/about-us-5 . Acesso em: 26 Março 2018.

PERALTA, N. *et.al.* **Histórico do programa de Turismo de Base Comunitária e da pousada Uacari.** *In*: OZÓRIO, R.Z; PERALTA, N; VIEIRA, F.S. (Organizadores). Lições e reflexões sobre o turismo de base comunitária na Reserva Mamirauá. Tefé, AM: IDSM, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/31807148/Ozorio_Peralta_Sá_Turismo_de_Base_Comunitária_pdf?email_work_card=title . Acesso em: 31 Out. 2022.

SCHNEIDER, M.M.M. **O Parque Nacional de Ilha Grande, produção e consumo doterritório turístico**. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/359. Acesso em: 27 Março 2022.

TULIK, O. **Residências secundárias**: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. Tese de livre docência – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

VÁSCONEZ, E. A. C. **Turismo comunitário no Equador: conceitos e relações**. *In*: ABREU, A. S. *et al*. (EE). Turismo em Pauta / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Rio de Janeiro: CNC, 2012. Disponível em: www.academia.edu/2098370/Turismo_comunitario_no_Equador_conceitos_e_relacoes.Acesso em: 22 Set. 2020.

Recebido em maio de 2022.

Revisão realizada em outubro de 2022.

Aceito para publicação em dezembro de 2022.